

# **DESCRIÇÃO DAS CONDUTAS INDIVIDUAIS NA DENUNCIA DE CRIME DE AUTORIA COLETIVA**

---

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO\***

*Juiz Federal da 8ª Vara no Ceará e Prof. do  
Mestrado de Direito Público – UFC*

Sumário:

1. Introdução. 2. Os crimes de autoria coletiva ou praticados em concurso de pessoas. 3. A diversidade das motivações subjetivas e das condutas individuais verificadas nos crimes de autoria coletiva, 4. Posições díspares quanto à necessidade de descrição da conduta de cada agente nos crimes de autoria coletiva. 5. A descrição minuciosa das condutas individuais como requisito essencial da amplitude do direito de defesa. 6. Conclusões. 7. Bibliografia.

## **1. INTRODUÇÃO**

Nos chamados crimes de autoria coletiva, depara-se o órgão do Ministério Público, no momento de oferecer a denúncia, com uma pluralidade de agentes envolvidos na prática de um delito, surgindo daí a questão de saber se é imperativa (ou não) a descrição pormenorizada de cada conduta individual ou se lhe bastará a narrativa circunstanciada do ilícito, apontando apenas a participação, mas não a descrição minuciosa das ações de várias pessoas.

Numa situação de tal conteúdo, tem-se em cena um único crime, ou estará o Parquet diante de vários ilícitos distintos, cometidos por diferentes agentes individuais, unificando-se, porém, no cometimento do delito coletivo?

A resposta de que não é necessária, na denúncia, descrição minuciosa do comportamento ativo de cada um dos agentes encontra possível justificativa na conhecida Teoria Monista, segundo a qual, em crimes de autoria coletiva, todos os agentes praticam o mesmo ilícito e, nesse caso, bastaria demonstrar a ocorrência do crime grupai e a clara adesão das condutas plurais ao sem cometimento.

Contudo, a Lei Penal (art. 29) prevê que o Juiz, na Imposição da pena, nos crimes de autoria coletiva (ou concurso de pessoas), a individualize, isto é, a quantifique na medida da culpabilidade de cada agente, o que remete à indagação, nuclear da Teoria Pluralística, de que poderia haver, nessa hipótese, crimes diversos, mas de cometimento plural.

Em tal caso, deverá haver a sempre indispensável descrição de toda conduta individual, não só para permitir que os vários denunciados exerçam eficazmente as suas defesas, inclusive se possibilitando, entre eles as eventuais delações recíprocas, já que poderão ter agido sob o impulso de desígnios diversos, complementares (ou não) do resultado final.

Na posição adversa, diz-se, que nessa situação, não há a exigência da denúncia individualizar, em pormenores, as condutas pessoais dos agentes, as quais serão apuradas devidamente no curso do processo, havendo mesmo orientações doutrinárias e decisões dos Tribunais do País nesse sentido.

Sob essa perspectiva, os crimes de autoria coletiva podem ser objeto de denúncia genérica, desde que o Inquérito Policial não tenha

esclarecido o nível participatório de cada agente: a alternativa à denúncia genérica, quando impossível a descrição das condutas individuais, seria a impunidade de todos, segundo se diz, em claro argumento ad terrorem.

Entretanto, há respeitáveis posicionamentos em contrário, tanto na doutrina jurídica como na Jurisprudência dos Tribunais, daí a utilidade de prosseguir-se na discussão sobre esse assunto.

## **2. OS CRIMES DE AUTORIA COLETIVA OU PRATICADOS EM CONCURSO DE PESSOAS**

Na maioria das vezes, os crimes são cometidos por uma única pessoa, de sorte que não se apresenta, em geral, nesses casos de agente unipessoal, com alta complexidade a descrição pormenorizada da sua conduta, no que interesse à prática do delito.

Contudo, há situações em que plúrimos agentes, aluando in solidum, endereçam as suas condutas para um mesmo e determinado resultado criminoso, embora, na verdade, as contribuições de todos eles não possam ser tidas, sempre, como igualmente relevantes para esse resultado.

Quando há dois ou mais agentes aluando na consecução finalística da atividade criminosa, diz-se presente o concurso de pessoas na prática delitiva, isto é, dois ou mais indivíduos imputáveis integram as suas vontades na realização objetiva do ilícito penal.

Essa coalizão ou conjunção de vontades pode dar azo ao surgimento da plurissubjetividade ativa (ou concurso necessário), que se caracteriza quando a pluralidade é da própria essência do delito, isto, é, o crime exige, para sua prática, necessariamente, a ação de mais de uma pessoa, como o de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do CPB).

Pode acontecer, também, que a coalizão ou conjunção de vontades, não seja da essência do crime e, nesse caso, dá-se o concurso eventual, eis que o crime, sendo daqueles praticáveis por uma só pessoa, foi, no entanto, cometido por duas ou mais.

O Professor PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR tem estas palavras didáticas sobre o tema:

O concurso de agentes poderá ser eventual ou necessário. Diz-se o concurso necessário (impróprio) quando faz parte do tipo a pluralidade de agentes. Visto que a pluralidade de autores é indispensável à configuração do tipo, o crime passa a ser chamado de plurissubjetivo ou coletivo (quadrilha, adultério, bigamia, rixa, duelo, ele). No concurso eventual (facultativo), é indiferente, à realização do tipo, a participação de uma única pessoa ou a co-participação de vários agentes. Por exemplo: o homicídio, que poderá ser cometido por uma única pessoa ou por várias. (Direito Penal Objetivo, Forense, 1991, p. 84).

No caso de concurso necessário, em que o agente pratica objetivamente o crime, não tem aplicação o celebrado princípio de que quem de qualquer modo concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas, pois, nessa hipótese, o agente não apenas concorreu, mas efetivamente praticou o crime, daí a exigência de, uns crimes de autoria coletiva, separar-se sempre a conduta do agente (ou agentes) da conduta do partícipe (ou partícipes).

Um conceito de concurso de pessoas é dado pelo eminente Professor DAMÁSIO DE JESUS, que assim se expressa:

A inflação penal nem sempre é obra de um só homem. Com alguma frequência, é produto da concorrência de, várias vontades referentes a distintos sujeitos. Por vários motivos, quer para garantir a sua execução na impunidade, quer para assegurar o interesse de várias pessoas em seu consentimento, reúnem-se repartindo tarefas, as quais, realizadas, integram a figura delitiva. Neste caso, quando várias pessoas concorrem para a realização da inflação penal, fala-se em co-delinquência, concurso de agentes, co-autoria, participação, co-participação ou concurso de

delinquentes. O Código Penal emprega a expressão concurso de pessoas. (Código Penal Anotado, Saraiva, 1998, p. 119).

Nos casos de concurso de pessoas, portanto, é necessário detectar (i) a figura possível da co-autoria, que se caracteriza quando a execução do delito se opera através das condutas somadas dos agentes, embora possam até não ser idênticas e (ii) a figura possível da participação, que se caracteriza pela atividade do agente solidário que de qualquer forma contribui para a formação do ilícito penal, com maior ou menor dose de contribuição, atividade essa não descrita na norma penal básica incriminadora.

Cumpra separar, ainda, porque são realidades bem diversas, o concurso de delinquentes do concurso de delitos: o primeiro se refere à prefalada comunhão de pessoas para realização de um crime (*concursum delinquentium*) e o segundo pertine à superposição, de delitos (*concursum delictorum*), a que a Lei Penal destina tratamento logicamente diferenciado.

Como dito, o CPB faz nítida distinção entre as figuras do co-autor e do partícipe, inclusive prevendo para este a diminuição da pena de 1/3 a 1/6, se a sua participação for de menor importância (art. 29, parágrafo 1º do CPB).

Pode-se dizer que são co-autores do crime os indivíduos que se unem para realizar um fim ilícito (seja ou não previamente delineado) e cada um deles conhece e adere voluntariamente à conduta do parceiro, passando entre os componentes e exercentes da ação uma espécie de *affectio sceleris*, indicativa da atividade criminosa conjunta.

São partícipes do crime, por sua vez, os que, mesmo sem praticarem a conduta típica do agente (ou agentes), facilitam, contudo, o êxito da empreitada delitiva, atuando através de ações substancialmente diversas das cometidas pelos autores (ou co-autores), mas contribuindo,

com variável intensidade, eficazmente para a concreção dos desígnios daquel'outros.

Essa diversidade de comportamentos individuais na prática do crime produz diferentes cargas e densidades de responsabilidade penal, envolvendo questionamentos da maior relevância, porque a quantidade de pena a se impor ao autor do ilícito (ou co-autores, se for o caso) não coincide, em tese, com a do partícipe (ou partícipes), dada a regra de que cada um só responde pela própria conduta, princípio inserido, aliás, na própria Carta Magna (art. 5º, XLV).

A questão envolve o problema da responsabilidade penal, que só se define na análise da conduta livre do indivíduo, como assinala MARCELO JARDIM LINHARES:

A responsabilidade supõe no agente essas duas condições: a liberdade e a consciência da obrigação. O ser só é responsável por atos que sejam propriamente seus e dos quais é plenamente causa, isto é, dos atos que podia praticar ou não: e nisso consiste o caráter essencial do ato livre. (Responsabilidade Penal, Forense, 1978 p, 1)

A variação da conduta importa na indispensável proporcionalidade na dosimetria da pena, em função da medida da culpabilidade do agente (art. 29 do GPB), e isso é básico no Direito Penal saltando a vista a necessidade de tratar as condutas criminosas desiguais de modo proporcionalmente desigual, inclusive para não se incidir na velha censura que RUI BARBOSA fazia, com o acerto de sempre, ao trato uniforme de situações heterogêneas.

Entretanto, a programação das Leis Penais parece ter levado em conta o predomínio dos crimes praticados por um só agente (unissubjetividade ativa), onde a conduta, por ser atribuída a unia só pessoa, e mais comodamente descritível na denúncia, inclusive porque a investigação prévia (Inquérito Policial), centrada em um único indivíduo,

pode seguramente ser mais conclusiva e mesmo plenamente exaustiva de todos os seus desdobramentos possíveis.

Não se pode ignorar que quando são vários os agentes do delito (multissubjetividade ativa), a complexidade da investigação e, depois, da denúncia, das mais severas, desafiando trabalho ingente e penoso, a requerer imensa competência e argúcia investigatória.

Apenas para ilustrar, considere-se, por exemplo, a formidável dificuldade que será descrever a conduta de cada policial que esteve na cena do Presídio de Carandiru (chacina dos presos, em São Paulo) ou no pátio da Candelária (chacina dos meninos de rua, no Rio de Janeiro) ou das centenas de estudantes veteranos da Faculdade de Medicina da USP, em cujo campus ocorreu a morte do calouro sino-brasileiro Edson Tsung Chi-Hsueh, possivelmente afogado pelos seus colegas. As asperezas dessas descrições são realmente monumentais, mas será preferível, em casos assim, admitir-se a denúncia genérica, para ulterior detalhamento do nível de participação de cada agente, na prática do crime, a ser feita na instrução da ação penal?

As dificuldades de descrever a conduta de cada agente devem levar o órgão do Ministério Público a denunciar todas as pessoas de modo genérico, nivelando as suas ações e sacrificando as possibilidades, de defesa?

Deve o Parquet, diante dessa imensa, dificuldade, abster-se de denunciar a totalidade das pessoas envolvidas na prática do ilícito penal coletivo, como que Criando, de modo involuntário, certamente, uma forma técnica de impunidade? Relevaria, ainda, frisar, a complexa eventualidade dos crimes multitudinários, cometidos, por multidões de pessoas enfurecidas, ou cegas por emoções e ódio, gerando uma dificuldade gigantesca na apuração das responsabilidades dos indivíduos que as integram, como realça o mestre MAGALHÃES NORONHA (Direito Penal, Saraiva, 1998, vol. 1, p. 223).

### **3. A DIVERSIDADE DAS MOTIVAÇÕES SUBJETIVAS E DAS CONDUTAS INDIVIDUAIS VERIFICADAS NOS CRIMES DE AUTORIA COLETIVA**

São variadas as condutas dos indivíduos em todas as ações da vida: a primeira variação e desuniformidade das condutas humanas decorre seguramente das razões íntimas que as motivam, aquelas razões que se exteriorizam tipicamente e se manifestam no mundo fenomênico em atos e atitudes, daí por que a análise compreensiva dessa realidade, visando a mais completa avaliação dos seus resultados, obriga a uma profunda investigação desses motivos.

Se não se empreender a criteriosa verificação e constatação dos motivos do agir humano, não se alcança jamais a perfeita compreensão da sua estrutura; bem por isso, exige a Lei Penal (art. 59) que na dosimetria da pena o Juiz meça o aspecto motivacional da conduta; a respeito dos motivos do crime o eminente JÚLIO FACBRINI MIRABETE assim se expressa:

Os motivos do crime, ressaltados na pregação positivista, realçam a necessidade de efetuar-se um perfil psíquico do delinqüente e da causação do crime para uma correta imposição da pena. O crime deve ser punido em razão de motivos que podem levar a uma substancial alteração da pena aproximando-se do mínimo quando derivam do sentimento de nobreza moral ou elevando-a, quando indicam um substrato anti-social. Há diferença sensível entre uma agressão praticada para salvaguardar a honra de uma filha e aquela derivada de sentimentos de inveja. É menos sensurável o crime praticado em decorrência do amor, da honra, da fé, do patriotismo, da piedade, do que os cometidos por ódio, vingança, cupidez, libidinagem, malevolência, etc. Nesses termos, segundo os positivistas, devem ser consideradas as paixões sociais e anti-sociais. (Manual de Direito Penal, Atlas, 1993, 278).

Nos domínios do Direito Penal, essa compreensão é absoluta e ineliminável, eis que a repressão que se quer aplicável aos comportamentos desviados dos padrões tem obrigatoriamente de se cingir aos aspectos estruturantes da conduta dos indivíduos, até mesmo aqueles mais secretos e escondidos.



Aliás, o julgamento de qualquer conduta humana, máxime o julgamento da conduta humana criminosa, deve mergulhar uns suas causas recônditas, ocultas nas dobras da intimidade, desafiando a argúcia e a sensibilidade do Julgador.

Na conjunção de vontades para fins criminosos, manifestadas em ilícitos penais objetivos, essa variedade de razões está presente e é indispensável a verificação medida de cada uma delas, na respectiva especificidade, para aplicar-lhe, na proporção do justo legal, a carga de reprimenda que lhe cabe, na dimensão da sua realidade (art. 29 do CPB).

A motivação da conduta, aquele impulso que leva o ser humano a agir, varia imensamente de um para outro indivíduo e até no mesmo indivíduo, em tempos históricos sucessivos da sua vida; esta é, assim, a primeira razão que impõe a extremação das condutas de vários indivíduos que se coligam para o cometimento de um crime.

Um deles pode estar agindo, por exemplo, levado por intuito de vingança, outro pela perspectiva de uma recompensa, outro para acobertar a prática de ilícito anterior e outro ainda por defeito da compreensão do ato, sem excluir aquele que esteja constrangido; ameaçado ou iludido na empresa ilícita.

Movem os indivíduos à criminalidade os mais variados interesses, sendo sem limite a escala de suas, possibilidades abstraias; também são desuniformes os proveitos visados, esperados ou efetivamente obtidos da empreitada ilícita, na perspectiva de cada; agente ou, participante, bem como as atividades concretas desempenhadas ou a cargo de cada indivíduo na consumação do crime, tudo isso desaguando na avaliação da culpabilidade de cada um, esta de dimensão estrita e rigorosamente individual.

Frise-se que não são apenas os motivos do crime os únicos elementos do relevo na análise da conduta individual, para o fim de

determinação/quantificação da pena outros elementos, como os antecedentes pessoais do agente, a sua conduta social, a sua personalidade e as circunstâncias e conseqüências do crime por ele praticado têm igualmente notável peso na avaliação judicial de fixação da reprimenda.

Porém, os motivos do crime, serão provavelmente os dados mais complexos, para cuja apreensão se requer maior sensibilidade do Julgador, nisso agindo com extraordinária margem de subjetividade, embora, como adverte o Professor PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR, "a valoração dos motivos não pode ser feita segundo as idéias morais do Juiz. mas conforme as normas ético-sociais." (Op. cit., p. 126).

De outro lado, os motivos do crime não podem ser apenas imaginados pelo Juiz, estimados com maior (ou menor) largueza em razão de puro exercício criativo, mas sim descobertos por processo indutivo legítimo, a partir da análise de dados objetivos seguros, que possam fornecer conclusões exatas.

Os motivos da conduta humana são geralmente apreensíveis através da observação de exteriorizações anímicas do sujeito: se as atitudes da pessoa são de carinho e acariciantes, inevitável é a conclusão da presença do amor; se o comportamento é esquivo e protelatório, é óbvia a situação de indiferença afetiva; se as ações são agressivas e ofendentes, é certa a desafeição.

Bem por isso, extensa parte dos doutrinadores nacionais e da Jurisprudência dos Tribunais do País apregoa a clara indispensabilidade da descrição minuciosa, na denúncia, da conduta de cada indivíduo, na prática de crime de autoria coletiva, para que se possa encaminhar a instrução na descoberta dos seus motivos; sem essa descrição, a atividade prospectiva dos motivos do crime restaria prejudicada.

Não é pacífica, contudo, essa orientação, havendo reverenciados posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais em adversidade a esse enunciado.

#### **4. POSIÇÕES DÍSPARES QUANTO À NECESSIDADE DE DESCRIÇÃO DA CONDUTA DE CADA AGENTE NOS CRIMES DE AUTORIA COLETIVA**

A doutrina jurídica nacional sobre o relevante instituto processual penal da denúncia, centrada na prática de ilícito cometido por uma só pessoa (unipessoal), é admiravelmente uniforme quanto à indispensabilidade da exigência da descrição da conduta do agente na prática do crime, como se pode ver nesta lição sempre aluati do eminente Professor HÉLIO TORNAGHI:

Refere-se o Código à exposição minuciosa, não somente do fato intingente da lei, como também de todos os acontecimentos que o cercam; não apenas de seus acidentes, mas ainda das causas, efeitos, condições, ocasião, antecedentes e conseqüentes. A narrativa circunstanciada ministra ao Juiz elementos que o habilitam a formar um juízo de valor. No terreno do Direito Punitivo, a circunstância, por si só, não determina a punibilidade, exatamente por não ser essencial. (Curso de Processo Penal, Saraiva, 1989, vol. 1, p. 42).

Frisando que o núcleo da denúncia é a exposição circunstanciada do fato, assim se expressa o acatado doutrinador FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO:

Tal exposição circunstanciada torna-se necessária, não só para facilitar a tarefa do Magistrado, como também para que o acusado possa ficar habilitado a defender-se, conhecendo o fato, que se lhe imputa. (Processo Penal, Saraiva, 1993, vol. 1, p. 344).

O indeclinável atendimento a essa exigência de ordem legal é assim realçada por JÚLIO FABBRINI MIRABETE:

É indispensável que na denúncia se descreva, ainda que sucintamente, o fato atribuído ao acusado, não

podendo ser recebida a inicial que contenha exposição vaga, imprecisa, de tal forma lacônica que torne impossível ou extremamente difícil ao denunciado entender de qual fato preciso está sendo acusado. (Código de Processo Penal interpretado, Atlas, 1994, p. 89).

Uma das mais reverenciadas personalidades do inundo jurídico brasileiro, a douta Professora ADA PELLEGRINI GRINOVER, tem palavras incisivas a respeito dessa exigência, dizendo com a precisão típica dos seus pronunciamentos:

A instauração válida do processo pressupõe o oferecimento de denúncia ou queixa com exposição clara e precisa de um fato criminoso, com todas as suas circunstâncias (art. 41 do CPP), isto é, não só a ação transitiva, como a pessoa que o praticou (quis), os meios que empregou (quibus auxiliis), o malefício que produziu (quid), os motivos que a determinaram a isso (cur). A maneira por que o praticou (quomodo), o lugar onde o praticou (ubi) e o tempo (quando) ' (João Mendes Jr.). A narração deficiente ou omissa que impeça ou dificulte o exercício da defesa, é causa de nulidade absoluta, não podendo ser sanada porque infringe os princípios constitucionais. (As Nulidades no Processo Penal, Malheiros, 1998, p. 78).

A completude da denúncia, portanto, atende a duas finalidades de igual relevância: (i) permite ao Juiz Criminal avaliar, no exame de sua admissibilidade, a ratio essendi da sua proposição, indicativa de segura consistência quanto aos fatos narrados e às indicações da autoria e (ii) viabiliza que o denunciado, conhecendo por inteiro todo o conteúdo do que contra ele se argúi, possa efetivamente se defender de modo desembaraçado.

Nessa perspectiva, pode-se dizer, que os termos da formulação da denúncia devem indispensavelmente viabilizar o contraditório, através da resposta do denunciado, integrando-se na amplitude do direito de defesa.

A Jurisprudência dos Tribunais não discrepa dessa orientação, sendo numerosos os julgados que a proclamam, às vezes de modo bem

enfático, como se vê nestes exemplares acórdãos proferidos no egrégio Superior Tribunal de Justiça:

Não contendo a denúncia, ainda que resumidamente, elementos que tipifiquem a conduta do indiciado, nem individualizem seu proceder, peca por inépcia, determinando, assim, o trancamento da ação penal. (REsp 5.052-ES, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, RevSTJ 24, p. 415).

A denúncia deve necessariamente apresentar-se lastreada em elementos que evidenciem a viabilidade da acusação, sem o que se configura abuso do poder de denunciar, coarctável por meio de habeas-corpus. (RHC 1.580-RJ, Rel. Min. COSTA LEITE, RevSTJ 29, p. 103).

No colendo Supremo Tribunal Federal a espécie tem tido o mesmo equacionamento, como se constata nesse lúcido acórdão da Suprema Corte, que serve de paradigma, do qual foi relator o eminente Ministro CELSO DE MELLO:

O processo penal de tipo acusatório repele, por ofensivas à garantia da plenitude de defesa, quaisquer imputações que se mostrem indeterminadas, vagas, contraditória, omissas ou ambíguas. Existe, na perspectiva dos princípios constitucionais que regem o processo penal, um nexo de indiscutível vinculação entre a obrigação estatal de oferecer acusação formalmente precisa e juridicamente apta e o direito individual de que dispõe o acusado à ampla defesa. A imputação penal omissa ou deficiente além de constituir transgressão do dever jurídico que se impõe ao Estado, qualifica-se como causa de nulidade processual absoluta. A denúncia – enquanto instrumento formalmente consubstanciado) da acusação penal – constitui peça processual de indiscutível relevo jurídico. Ela o delimitar o âmbito temático da imputação penal, define, a própria res in judicio deducta. A peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso, em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias. Essa narração, ainda que sucinta, impõe-se ao acusador como exigência derivada do postulado constitucional que assegura ao réu o exercício, em plenitude, do direito de defesa. Denúncia que não descreve adequadamente o fato criminoso é denúncia inepta (RTJ 57/389). (HC 7G.763-7-DF, DJU 23.09.94, p. 25.328).

Em conclusão: no nível da denúncia contra um só Indivíduo, não há controvérsias quanto à indispensabilidade da descrição minuciosa da conduta do agente, em face dos insuperáveis parâmetros legais da denúncia criminal comum, matriciados no art. 41 do Código de Processo Penal, com estas decisivas dicções:

Art. 41 – A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Mas em leis penais esparsas, há geralmente a remissão aos ditames do art. 41 do CPP, quanto aos elementos obrigatórios da denúncia e, não havendo, a própria lei os positivará.

Nos crimes eleitorais, por exemplo, o Código Eleitoral (art. 257, parág. 2º), traz exigências similares às do art. 41 do CPP, prescrevendo que

a denúncia conterá a exposição do fato criminoso com todas as suas; circunstâncias, a qualificação do, acusado ou esclarecimentos pelos, quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Contudo, surge um sério complicador na análise dos termos da denúncia, quando o ilícito penal é de autoria coletiva, como se vem relatando, impondo-se definir se, nesses casos, bastará à denúncia descrever o tipo penal objetivo realizado pela coletividade dos agentes e quais as pessoas integrantes desse grupo, ou se, pelo contrário, se lhe impõe igualmente a descrição minuciosa da conduta de cada um cicies. minudenciando os respectivos detalhes.

A Jurisprudência dos Tribunais do País registra orientações em ambos os sentidos; aquelas decisões calcadas nas idéias clássicas do Processo Penal, admitem que, nos crimes de autoria coletiva, não está o Parquet obrigado a pormenorizar, na denúncia, a conduta, a motivação e

o resultado imputado a cada acusado, podendo tais elementos ser objeto de apuração no curso da lide, basicamente na sua fase instrutória:

Nos crimes de autoria coletiva, não está a denúncia obrigada a narrar os fatos de modo a individualizar a conduta de cada agente, relegando à fase de instrução esta particularização. Precedentes desta Corte e do STF. (STJ, RHC 5.701 RS, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.03.97, p. 4.709).

Nos crimes societários ou de autoria coletiva, não é imprescindível que a denúncia descreva minuciosamente a participação de cada acusado. (STJ, HC 4.306-SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJU g2.04.97, p. 14.431).

Nos crimes de autoria coletiva não é imprescindível que se descreva com todos os detalhes a conduta individual de cada acusado, serve uma descrição genérica de modo a que cada um saiba do que deve se defender, isso é forma de garantia do direito à ampla defesa. (STJ, HC 3.246-MT, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJU 39.05.95, p.-15.588);

O crime de autoria coletiva não obriga, a denúncia, a pormenorizar o envolvimento de cada réu, bastando a narrativa genérica do delito, sem que tolha, evidentemente, o exercício da defesa. (REsp 4.615-RJ, Rel. Min. FLAQUER SCARTEZZINI, RevSTJ 25, p. 36

No denominado crime societário ou coletivo, a exigência da individualização da conduta criminosa (CPP. art. 41) é abrandada. No caso concreto, não se pode acoimar de inepta a denúncia. A individualização da conduta dá paciente foi razoavelmente descrita dentro do contexto fático. Em tese, a participação da paciente configura crime e a denúncia lhe fornece elementos objetivos para se defender na ação penal. (HC 1.961-RJ, Rel. Min. ADHEMAR MACIEL, RevSTJ, 43, p. 84).

Na seara doutrinária, esse pensamento tem muitos e notáveis adeptos, bastando referir, apenas como ilustração e por todas as demais, estas ponderações do eminente FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, apoiadas no magistério de EDUARDO ESPÍNOLA FILHO, representando a visão majoritária da *communis opinio doctorum* sobre esse tema, que nada tem de cerebrino:

Embora a denúncia deva fazer uma perfeita descrição da conduta do imputado, em se tratando de delito de autoria coletiva. Mormente se nos autos do inquérito não está especificado o modo de participação de cada um. a jurisprudência tem entendido possa o Ministério Público fazer uma narração genérica do fato, sem especificar a conduta dos partícipes, usando, no corpo da peça acusatória, a expressão 'atuando de comum acordo e identidade de propósitos. (Ob, cit., p. 345).

Em outra obra de igual tomo, apesar de afirmar não haver necessidade, de minúcias na peça denunciatória, o acatado mestre TOURINHO FILHO parece mitigar esse seu próprio entendimento, ao verberar contra denúncia envolvendo todos os dirigentes de uma empresa, numa acusação elacionada o próprio desempenho empresarial, dizendo ser "mais que uma ilegalidade: é um equívoco que desserve à própria Justiça Criminal e é equívoco de muitas faces." (Código de Processo Penal Comentado, Saraiva, 1999, vol. 1, p, 115).

Os argumentos em prol da posição que admite a chamada denúncia genérica parecem repousar na sólida base, de inegável consistência do interesse social, preponderante sobre o interesse individual, cabendo a reflexão a respeito de qual deles, no contexto da denúncia em crime coletivo, deve ser primeiramente atendido.

É claro que submeter a pessoa ao streptu judicii ser-lhe-á sempre um grave dano, um mal que se deve a todo custo evitar, mas também se afigura razoável, ao sentir dessa prestigiosa correu te doutrinário e jurisprudencial, permitir que as denúncias genéricas tenham curso regular, ensejando-se ao órgão da acusação a oportunidade de provar a imputação, em relação a cada um dos co-denunciados.

Não se deve imaginar, porém, que a aceitação da denúncia genérica permita-a eivada de fantasia e seja recebida pelo Juiz, instaurando o juízo criminal; há de se requerer a indicação precisa de que o denunciado, incluído nas cláusulas genéricas da denúncia do crime de



autoria coletiva, esteja concretamente entre os seus agentes plurais, carecendo a sua conduta tão-só de detalhamento.

As opiniões em contrário, porém, inadmitem submeter o indivíduo ao estrépito do processo penal, por sei-lhe sempre altamente constrangedor, só se justificando essa situação quando a sua conduta é claramente infratora da norma penal proibitiva, daí ser indispensável, ao que apregoam, que a denúncia descreva em pormenores essa mesma conduta.

Por isso, no caso de delito de autoria plural, diz-se ser por todos os títulos indeclinável que a peça inicial da ação penal (a denúncia) descreva de maneira individualizada, ainda que resumidamente, a conduta delituosa atribuída a cada um dos participantes, inclusive porque a repreensão penal pelo crime é imputada a cada indivíduo e não ao grupo com que ele esteja integrado.

Dir-se-ia, ainda, que a denúncia genérica carrega aos co-denunciados o ônus de terem de provar a própria inocência, o que é totalmente inoportuno com a presunção que apanageia as situações individuais de todos os acusados.

Um dos esteios desse raciocínio jurídico é o de que, nos crimes cometidos mediante o concurso de pessoas (art. 29 do CPB), as penas cominadas aos agentes são finalmente individuais, respondendo cada um na proporção de sua participação no delito, daí a indispensabilidade da descrição das respectivas condutas, assinalando-se à necessidade de extremar a ação do autor da ação do partícipe, como decidiu o egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

Concurso de agentes. Denúncia que não especificou o autor da façanha. Necessidade de se distinguir o autor do partícipe. Recurso provido para anular o processo desde a denúncia, inclusive. A denúncia deve conter a exposição do fato criminoso e suas circunstâncias. A denúncia não esclareceu quem seria o autor e quem seria o

participe. As condutas são diferentes. Anulação da ação penal desde o início. (Rel. Des. SILVA PINTO, JTJ 14-3/271).

A exigência de descrição da conduta de cada agente, nos chamados crimes de autoria coletiva, uais os denominados crimes societários (praticados por colegiado dirigente de empresa) não está, porém, pacificada entre os doutores nem nas decisões das Cortes de Justiça, nem mesmo no colendo Supremo Tribunal Federal, embora a tradição do Pretório seja em favor desse detalhamento:

A tradição da jurisprudência do STF em matéria de crime de autoria coletiva é a de exigir que haja a descrição individualizada da participação de cada um dos acusados no delito, para que possam eles exercer sua defesa. (RHC 60.652-SP, Rel. Min. RAFAEL MAYER, RT 574/440).

"Denúncia que não descreve a conduta dos denunciados vulnera a garantia constitucional de plena defesa." (RHC 60.989-RJ, Rel. Min. FRANCISCO RESEK, RT 576/472).

Também no egrégio Superior Tribunal de Justiça a tendência parece ser favorável à exigência da descrição minuciosa, na denúncia, da conduta de cada acusado, nos crimes de autoria coletiva, como os crimes societários:

Também nos chamados crimes societários, é imprescindível que a denúncia individualize a participação de cada acuando: caso impossível, é preciso que descreva o modo como concorreram para o crime. (RHC 4.000-9-RJ, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJU 20.08.95 e RT 718/475).

A atenuação dos rigores do art. 41 do GPP. nos chamados delitos societários, não pode ir até o ponto de admitir-se denúncia fictícia, sem apoio na prova e sem a demonstração da participação das denunciados na prática tida como criminosa. Ser acionista ou membro do conselho consultivo da empresa não é crime. Logo, a invocação dessa condição, sem a descrição de condutas específicas que vinculem cada diretor ao evento criminoso, não basta para viabilizar a denúncia. A denúncia, pelas consequências graves que acarreta, não pode ser produto de ficção

literária. Não pode, portanto, deixar de descrever o porquê da inclusão de cada acusado como autor, co-autor ou partícipe do crime. (RHC 4.214 -1-DF, Rel. Min. ASSIS TOLEDO, EmentJurSTJ 12, no. 695, p, 281 e RT 715/5S6).

Os princípios do contraditório e da ampla defesa exigem imputação, de modo que o denunciado conheça o fato, o que é válido também para os delitos coletivos. (RHC 4.727, Rel. Min. VICENTE CERNICCHIARO, DJU 30.11.96, p, 39.649).

Tratando-se de denúncia referente a crime de autoria coletiva, é indispensável que descreva ela, ainda que sucintamente, sob pena de inépcia, os fatos típicos atribuídos a cada paciente. Revela-se inepta a denúncia sempre que, sem especificar a participação de cada acusado – sendo todos eles diretores ou administradores da mesma empresa ou sociedade – vem a atribuir-lhes, genericamente, a responsabilidade pelo evento delituoso. (HC 4.995 — RJ, Rel, Min. ANSELMO SANTIAGO, DJU 17.03.97, p. 71553);

Nos crimes de autoria coletiva, é indispensável que a denúncia descreva, ainda que resumidamente, a participação de cada agente na prática do ato delituoso e demonstre a existência de nexo de causalidade com o resultado danoso. (HC 6.014 — MA, Rel. Min. FLAQUER SCARTEZZINI, DJU 09.08.98, p. 30).

No egrégio TRF da 3ª Região a diretriz adotada quanto a esse tema segue essa tendência:

Inepta é a denúncia que não descreve, tratando-se de crime de autoria coletiva, a conduta de cada participante e a medida de sua responsabilidade. A indicação de participação uniforme de todos os acusados, sócios das empresas envolvidos, somente justificar-se-ia se, concluída a investigação policial, não restassem, ainda, assim, em razão das dificuldades comumente encontradas na ordem interna das empresas, apuradas a participação e a responsabilidade de cada um. (HC 25-SP, Rel. Juiz JOSÉ KALLÁS, JSTJ e TRFs vol. 4, p. 375).

O egrégio Tribunal Superior Eleitoral tem esse mesmo posicionamento, como se expressa de forma clara nesta paradigmática decisão:

Co-autoria: a denúncia há que explicitar, nomeadamente, a conduta criminosa que imputa aos denunciados, sem o que restará ferido o devido processo legal, com seus consectários mínimos de ampla defesa e contraditório. Denúncia inepta: primeiro por não configurar, no caso concreto, o tipo do art. 299 do Código Eleitoral: segundo, por não individualizar para cada um dos três denunciados a conduta delituosa que lhes imputa. (RHC 226-AL, Rel. Min. TORQUATO JARDIM, DJU 05.08.94, p. 19.344 e RevJurTSE, vol. 6, no 3, p. 20).

Nos domínios do Direito Penal, a responsabilidade é sempre e inevitavelmente personalíssima; não havendo, na denúncia, a descrição individualizada da conduta de cada agente, a peça denunciatória se evidencia acometida de vício que conduz à sua inaceitação, salvo quando se traia de condutas plúrimas, mas homogêneas, nas quais todos os agentes se comportam do mesmo modo, ao mesmo tempo, com a mesma motivação delitiva e produzindo o mesmo ilícito.

## **5. A DESCRIÇÃO MINUCIOSA DAS CONDUTAS INDIVIDUAIS COMO REQUISITO ESSENCIAL DA AMPLITUDE DO DIREITO DE DEFESA**

A exigência legal de a denúncia criminal conter a descrição pormenorizada da conduta do indivíduo acusado sempre esteve associada, na tradição dos estudos processuais no Brasil, ao direito de defesa que lhe é consectário, entendendo-se que a falta dessa descrição pormenorizada ou a presença de descrição defeituosa, fantasiosa ou incompleta sacrificavam o exercício das prerrogativas defensivas.

Essas proposições foram amplamente apregoadas por notáveis autores, como o Professor HÉLIO TOKNAGHI (Curso de Processo Penal, Saraiva, 1989, vol. 1, p. 43), a Professora ADA PELLEGRINI GRINOVER (As Nulidades no Processo Penal, Malheiros, 1.902, p. 78) e o mestre FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO (Processo Penal, Saraiva, 1993, vol. 1, p. 344), para citar somente esses luminares das letras jurídicas nacionais,

A Jurisprudência do colendo Supremo Tribunal Federal acolheu essa tese (RHC 60.652-SP, Rel. Min. RAFAEL MAYER, RT 574/440; RHC 60.929-RJ, Rel. Min. FRANCISCO RESEK, RT 576/472).

Mesmo antes da Carta Magna de 1988, que veio dar ao contraditório inquestionável base constitucional positiva (art. 5º, LV), os escritores de maior nomeada, como GERALDO ATALIBA, JOSÉ FREDERICO MARQUES E HELY LOPES MEIRELES, já afirmavam sua indispensabilidade em todos os procedimentos que visassem à aplicação de sanção, como se vê no magistério do eminente Ministro CARLOS MÁRIO (Princípios Constitucionais de Processo, in Temas de Direito Público, Del Rey, 1994, p. 208), com percussão na jurisprudência do antigo TFR (AMS 78.673-RN, Rel. Min. MÁRIO VELLOSO, RevTFR 56/218).

Como se propala com inegável acerto, o berço do contraditório é efetivamente o processo penal comum, como refere a Professora ADA PELLEGRINI GRINOVER (As Garantias Constitucionais do Direito de Ação, RT, 1973, p. 39), tendo daí se expandido para todas as outras formas processuais e se disseminado de modo proveitoso como componente ideológico da própria liberdade individual, máxime das garantias explícitas quanto aos direitos subjetivos.

Por igual, diz-se (com razão) que o contraditório penal se materializa através do exercício da defesa, vale dizer, se a defesa do acionado resulta de qualquer modo obstaculada, pode-se afirmar que restou seguramente afrontada a garantia do contraditório, maculando-se todo o processo (e também, obviamente, a sua decisão) da mais grave mancha que pode contaminar o procedimento: a inconstitucionalidade.

Dissertando sobre a acepção ampla da garantia do contraditório e do exercício do direito de defesa que nele se encarta, a sempre louvada Professora ADA PELLEGRINI GRINOVER assim leciona:

Ora, nessa ampla acepção, ação e defesa não se exaurem, evidentemente, no poder de impulso e no uso das exceções, mas se desdobram naquele, conjunto de garantias que no arco de todo o procedimento, asseguram às partes a possibilidade bilateral, efetiva e concreta, de produzirem suas provas, de aduzirem suas razões, de recorrerem das decisões, de agirem, enfim, em juízo, para a tutela de seus direitos e interesses, utilizando toda a ampla gama de poderes e faculdades pelos quais se pode dialeticamente preparar o espírito do Juiz. O paralelismo entre ação e defesa é que assegura aos dois sujeitos do contraditório instituído perante o Juiz a possibilidade; de exercerem todos os atos processuais aptos a fazer valer em juízo seus direitos e interesses e a condicionar o êxito do processo. (As Garantias Constitucionais do Processo, in Novas Tendências do Direito Processual Forense, 1990), p. 5).

No âmbito do processo penal, a denúncia é a peça inicial deflagradora da ação (art. 41 do CPP), cuja regularidade condiciona o seu recebimento pelo Juiz (art. 394 do CPP) e a citação ou requisição do réu pelo Oficial de Justiça (art. 351 e 360 do CPP); essa peça inicial (denúncia) fixa os pólos subjetivos da lide penal e também o seu objeto, de tal sorte que é defeso ao Juiz decidir espécie jurídica que nela não venha versada.

Ressalte-se que a denúncia, embora devendo conter variados elementos, o seu elemento nuclear é a imputação que se faz ao acusado, sendo através dela (da imputação) que o órgão acusador delimita a pedido.

Exatamente por isso se exige que o fato delituoso fique perfeitamente caracterizado, para não se extraviar o poder de denunciar nos meandros dos boatos: fatos (e não boatos) são o supedâneo da denúncia; o corpo da denúncia é a narrativa dos fatos delituosos, a imputação, a sua alma.

O lembrado Professor JOSÉ FREDERICO MARQUES assim se expressa a respeito da essencialidade da imputação na configuração da denúncia, como peça iniciadora da ação penal:

Mas o que identifica, precipuamente, a ação penal, é a imputação, ou seja, a atribuição do fato delituoso ao acusado. E isto se contém na denúncia, uma vez que ali se expõe um fato criminoso e se qualifica o acusado, id est, a pessoa a quem se atribui a prática daquele fato. (Elementos de Direito Processual Penal, Ed. Bookseller, 1.997, vol. II, p. 147).

E noutra passagem da sua festejada obra o ilustre processualista ajunta:

A acusação se apresenta como o ato fundamental do processo penal condenatório. Com ela se delimita, mediante a imputação, a área em que deve incidir a prestação jurisdicional, uma vez que o fato delituoso em que se baseia a pretensão é que fixa o objeto da decisão do órgão judiciário. A ação, que é a atividade do acusado, e a sentença, que é o ato jurisdicional, tem na acusação uma espécie de denominador comum. E o mesmo se diga da defesa, pois as alegações do réu são contra a pretensão constante do pedido acusatório. (Ob. cit., p. 151).

A imputação que deve permear a narração dos fatos e a ratio essendi da denúncia; por conseguinte, o narrador (Ministério Público) deve ser exato e completo, ainda que tenha o raro dom da concisão expositiva, mas terá de imputar claramente ao acusado fatos determinados e certos; a imputação não comporta ambigüidades ou imprecisões e sem ela a denúncia não existe no mundo dos atos eficazes: será apenas um simulacro de denúncia.

Sem esses requisitos intrínsecos, sem essa quase perfeição, a denúncia fada-se à nulidade e à inaceitação subsequente pelo Juiz, por carrear entraves ao contraditório processual, pois, como assevera a já citada Professora ADA PELLEGRINI GRINOVER, "a narração deficiente ou omissa que impeça ou dificulte o exercício da defesa, é causa de nulidade absoluta, não podendo ser sanada porque, infringe os princípios constitucionais." (Ob. cit., p. 78).

Revela-se, assim, que não existe denúncia sem imputação. ou seja, denúncia que não atribua a certa e determinada pessoa a prática de certos e determinados atos criminosos.

Se o órgão acusador claudica no desempenho do encargo imputacional, não é só a sua denúncia que se mostra trôpega, mas também a eficácia, no momento crucial da sua aplicação concreta, de um dos mais caros princípios do Direito Público, atuante no Direito Penal, qual seja o do devido processo legal.

Lembre-se que o devido processo legal (máxime em matéria penal) não se exaure na simples comunicação da acusação, com a abertura da oportunidade de defesa, mas se desdobra na implementação de outras indispensáveis exigências que têm sede no procedimento da atividade sancionatória, a primeira das quais é seguramente a plena cognição, pelo acusado, de todo o conteúdo da denúncia.

O Professor ROGÉRIO LAURIA TUCCI, enfatizando sobretudo as matrizes doutrinárias, assim expressa a dimensão da garantia o devido processo legal:

Igualmente que o processo Judicial, na sua finalidade compositiva de litígios, ou resolutória de conflito de interesses de alta relevância social. consubstancia-se numa guando, conferida pela Magna Carta nos membros da coletividade. Objetivando a consecução dos direitos denominadas fundamentais mediante a efetivação do direito (to processa, com a imprescindível concretização de todos os seus consectários, num prazo razoável. Estes, por sua vez, constituem na forma do seu conjunto, e em sede penal, o devido processo penal, especificando-se, outrossim, nas seguintes garantias: (a) o acesso à Justiça Venal. (b) o juiz natural em matéria penal, (c) o tratamento paritário dos sujeitos parciais do processo penal. (d) a plenitude de defesa do indiciado, acusado, ou condenado, com todos os meios e recursos o ela inerentes, (e) a publicidade dos atos processuais penais. (f) a motivação dos atos decisórios penais e (g) a fixação de prazo razoável de duração do processo penal. (Devido Processo Legal e Tutela Jurisdicional, RT, 1993, p. 36).



No nível operacional (e funcional) do processo, identifica-se uma das mais evidentes formas de desprezo ao devido processo legal, em matéria penal, quando se submete a pessoa denunciada aos vexames do processo-crime sem antes se, lhe haver dado ciência, domado mais completo e cabal, com todos os seus detalhes e circunstâncias, da imputação fática que concretamente lhe é feita.

Se a denúncia é ambígua quanto aos fatos ou imprecisa quanto ao seu autor, não reúne condições legais de procedibilidade, por impossibilitar (ou cercear duramente) o direito de defesa, que é o núcleo do contraditório, sendo este a mais conspícua garantia constitucional da liberdade.

## 6. CONCLUSÕES

I. A exigência de descrição minudente da conduta de cada agente, nos chamados crimes societários ou de autoria coletiva ainda não está pacificada entre os doutores nas decisões das Cortes de Justiça, porém, a orientação preferível é a que não dispensa a descrição pormenorizada da participação individual, para que possa cada acusado exercitar a sua defesa. II. Nos casos de conduta delitiva cometida mediante o concurso de pessoas, a responsabilidade penal não se coletiviza, impondo-se que cada agente seja apenado na proporção de sua participação no evento (art, 29 do CPB), daí ser necessária a descrição, na denúncia, como peça inaugural do processo-crime da respectiva atividade, para extremar a conduta do autor da conduta do partícipe.

## 7. BIBLIOGRAFIA

PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR, **Direito Penal Objetivo**, Forense, 1991.

DAMÁSIO DE JESUS, **Código Penal Anotado**, Saraiva, 1908.

MARCELO JARDIM LINHARES, **Responsabilidade Penal**, Forense, 1978.

MAGALHÃES NORONHA, **Direito Penal**, Saraiva, 1998.

JÚLIO FABBRINI MIRABETE, **Manual de Direito Penal**, Atlas, 1993.

JÚLIO FABBRINI MIRABETE, **Código de Processo Penal Interpretado**, Atlas, 1994.

HÉLIO TORNAGHI, **Curso de Processo Penal**, 1989.

FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, **Processo Penal**, Saraiva, 1993,

ADA PELLEGRINI GRINOVER, **As Garantias Constitucionais do Direito de Ação**, RT, 1973.

ADA PELLEGRINI GRINOVER, **As Nulidades no Processo Penal**, Malheiros, 1995.

EDSON VIDIGAL, Min. do STJ, RevSTJ 24, p. 415.

EDSON VIDIGAL, Min. do STJ, HC 4.306-SP, DJU 22.04.97, p. 14-.431.

EDSON VIDIGAL. Min. do STJ, HC 3.846-MT, DJU 29.05.95, p. 15.538.

EDSON VIDIGAL, Min. do STJ, RHC 4.000-9, DJU 30.02.95, RT 718/475.

COSTA LEITE, Min. do STJ, RevSTJ 29, p. LOS.

CELSON DE MELLO, Min. do STF, HC 70.763-7-DP, DJU 23.09.94, p. 35.328.

FERNANDO GONÇALVES, Min. do STJ, RHC 5.701-RS, DJU 03.03.07, p. 4.709.

FLAQUER SCARTEZZINI Min. do STJ, REsp 4.615-RJ, RevSTJ 25, p. 367.

FLAQUER SCARTEZZINI, Min. do STJ, HC 6.014-M.A, DJU 09.02.98, p. 30.

ADHEMAR MACIEL, Min. do STJ, HC 1.961-RJ, RevSTJ, 42, p, 84.

SILVA PINTO, Des. do TJSP, JTJ 143/271.

RAFAEL MAYER, Min. do STF, RHC 60.652-SP, RT 574/ 440.

FRANCISCO RESEK, Min. do STF, RHC 60.929-RJ, RT 576/ 4-73.

ASSIS, TOLEDO, Min. do STJ, RHC 4.S14-1-DF, EmentJurSTJ 12, no. 69, p. 281, RT 715/526.

VICENTE CERNICCHIARO, Min. do STJ, RHC 4.727, DJU 20.11.06, p. 39.649.

ANSELMO SANTIAGO, Min. do STJ, HC 4.995-RJ, DJU 17.03.97, p. 7.553.

JOSÉ KALLÁS, Juiz do TRF da 3ª. R., HC S5-SP, JSTJ e TRFsvol, 4, p. 375.

TORQUATO JARDIM, Min. do TSE, RHC 826-AL, RevJurTSE, vol. 6, tomo 3, p. 20.

HÉLIO TORNAGHI, Curso de Processo Penal, Saraiva, 1989.

FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, Processo Penal, Saraiva, 1993.

MÁRIO VELLOSO. Min. do STF, MS 78.673-RN, RevTFR 56/218.

JOSÉ FREDERICO MARQUES, Elementos de Direito Processual Penal, Ed, Bookseller, 1997.

ROGÉRIO LAURIA TUCCI, Devido Processo Legal e Tutela Jurisdicional, RT, 1993.

